

A educação para o silêncio

EVA PAULINO BUENO*

Neste momento em que a Espaço Acadêmico se propõe a uma discussão mais profunda da situação do ensino universitário no Brasil, eu me disponho a discutir – ainda que somente ligeiramente – a minha experiência profissional e as minhas leituras sobre o ensino superior no Japão, porque é aqui onde moro e trabalho atualmente. Para iluminar a minha experiência na terra do sol nascente, conto com aproximadamente 10 anos de magistério no Brasil (ensino secundário e superior), 11 anos lecionando nos Estados Unidos em três universidades, cursos dados na Université de Perpignan, no sul da França e agora, quase 4 anos de Japão, trabalhando em duas universidades na região de Osaka. Durante estes 4 últimos anos, tenho tido contato constante com colegas de vários países trabalhando aqui e também tenho a oportunidade de conversar com colegas japoneses, todos professores universitários. A minha experiência é, portanto, enriquecida pela experiência de outros e outras que, no caso dos não japoneses, vivem aqui há muito mais tempo, ou, no caso dos japoneses, nasceram aqui e são o produto (alguns se dizem vítimas) do sistema escolar japonês.

Acho que um conhecimento mais abrangente do ensino de terceiro grau no Japão interessa ao Brasil por vários motivos. O primeiro deles é o

enfrentamento de uma mitologia vigente no Brasil sobre a suposta superioridade intelectual dos brasileiros descendentes de japoneses. Diante do grande número de nisseis e sanseis, especialmente na área científica e tecnológica das universidades brasileiras, circula entre nós ainda uma espécie de racismo às avessas, atribuindo a filhos e netos de japoneses “mais inteligência” do que atribuiríamos, digamos, a um brasileiro mulato ou negro, ou a um caipira dos cafundós. O que vejo aqui, e o que vi em outros países, demonstra de sobra que nenhum país e nenhum grupo étnico tem mais criatividade, inteligência e capacidade de trabalho que outro. O que varia e afeta o resultado final são fatores sociais, entre os quais incluo a identidade construída dentro de pequenas células dentro das sociedades nacionais e fatores ancilários, tais como o sistema de saneamento e a nutrição nos quais a pessoa é criada. Um grupo social que, historicamente, tem vivido no fim da fila, ou no fundo do poço, sem comida adequada, sem acesso a tratamento médico e dentário, ou mesmo a água limpa, certamente vai produzir mais indivíduos sistemicamente desnutridos, com capacidade intelectual e física diminuída. Por outro lado, os indivíduos de um grupo bem alimentado vão inevitavelmente ser mais saudável e com mais disposição para o



* Professora de Espanhol e English Communication na Mukogawa Women's University, em Nishinomiya, no Japão; autora de *Mazzaropi, o artista do povo* (EDUEM, 2000).



estudo. Então, para frisar: descendentes de japoneses não são necessariamente mais inteligentes que outros. Se eles fossem, então o país de onde vieram seus antepassados seria o paraíso terrestre, onde tudo funcionaria perfeitamente e onde a paz e a justiça social, e mais, a criatividade e a alegria, estariam ao alcance de todos. Neste caso, logicamente, os antepassados não teriam saído do paraíso. Um pouquinho de memória histórica sempre ajuda a colocar o presente em perspectiva e a evitar o orgulho exagerado, a “hubris”.

Um segundo motivo é esclarecer de uma vez por todas que, assim como uma andorinha só não faz verão, uma montanha de dinheiro só não faz uma boa universidade. Se fizesse, muitas universidades japonesas estariam na dianteira em conquistas científicas e humanas, e todos sabemos que não estão. O jornal japonês *Daily Yomiuri* publicou uma reportagem assinada por Shinji Fukukawa em 1999, na qual ele diz que o *Gowman Report* – que avalia as universidades em todo o mundo –, em 1993, colocou a Tokyo University, considerada a Harvard do Japão, em nonagésimo terceiro lugar na área de ciência e tecnologia (*Daily Yomiuri*, 7 de maio de 1999, “Education system still far too rigid”). Se este era o caso na universidade considerada a melhor do Japão, durante a época em que o país ainda estava se refestelando na bonança econômica, que depois veio a ser conhecida como “a bolha” (que explodiu, por sinal, da mesma maneira que “o milagre brasileiro” afinal revelou que os santos milagreiros todos tinham pés de barro), imagine-se o que se passava (e o que ainda se passa) em outras universidades que não têm o mesmo status.

Mas a verdade tem que ser dita: algumas universidades que visitei nestes quatro anos no arquipélago têm bibliotecas maravilhosas, cheias de livros, periódicos e alojadas em edifícios confortáveis, bem

ventilados e iluminados. Assim que você consegue entrar, depois de passar por várias barreiras, é uma festa, especialmente se você sabe ler japonês. Infelizmente, a atividade mais comum entre os estudantes que frequentam as bibliotecas é dormir. A segunda mais comum é bater papo no telefone. A leitura e o estudo figuram em quinto ou sexto lugar, na melhor das hipóteses. Os laboratórios de computação aqui são, como seria de esperar, top de linha: os mais novos, os mais rápidos, os mais sofisticados computadores. Sua função mais comum: ficar desligados. Já que 99% dos jovens universitários japoneses possuem telefones com capacidade para email (mensagem padrão: “Oi, estou na biblioteca. E você?” Resposta: “Oi, estou no trem. O que você está usando hoje?” “Vestido azul. E você?” “Vestido cor de rosa”. E blá, blá blá por horas), eles raramente usam os computadores para pesquisa séria.

Os alunos

A atitude do universitário japonês, em geral, é uma paródia da atitude que vi em outros países. Aqui, os alunos não questionam. Aqui, os alunos não se importam em chegar pontualmente. Aqui, o professor é uma figura vazia, alguém que fala, fala, fala na frente da sala – em geral usando um microfone – enquanto os alunos se dedicam a mandar e receber mensagens por telefone, retocar a maquiagem, lanchar, bater papo com os colegas, ou mesmo dormir. Alunos entram e saem da sala de aula quando querem, enquanto o(a) professor(a) continua falando, parece que sem perceber o que se passa diante dele(a). Aqui, o estudante universitário em geral encara a aula como uma perda de tempo, uma interrupção a outras atividades muito mais prazerosas e vantajosas, como conversar com os amigos, manusear freneticamente os telefones celulares e participar de atividades de seus clubes na universidade. Em resumo: o estudante



universitário japonês passa seu tempo de universidade ocupado ou em formar seus laços sociais ou, quando não está no recinto da universidade, em trabalhar em empreguinhos sem futuro que lhes garanta dinheiro para o gasto diário, já que as mensalidades são pagas pelos pais. (Infelizmente para eles, uma consequência de seu desleixo acadêmico e da situação econômica atual é que muitos desses jovens acabam se transformando no que aqui se chama “*freeters*” – gente que fica reduzida a trabalhar por até 12 horas ao dia em empregos sem futuro, sem seguro de saúde, sem estabilidade, e, o que é incrível, sem pagamento adequado. Mas isso é assunto para outra ocasião).

A explicação para esta atitude é dada pelos próprios estudantes, que dizem que eles têm que estudar como loucos para entrarem na universidade. Depois que entram, querem descansar antes de entrarem na força de trabalho. Todos os estudantes de colegial no Japão frequentam os famosos “*jukus*”, que conhecemos por “*cursinho*” no Brasil. Nestes “*jukus*”, eles retomam o que aprendem na escola e se preparam para a grande maratona do vestibular, que parece bem similar ao do Brasil. Aqui, como no Brasil, os jovens tentam o vestibular em quantas universidades possam tentar. Os felizardos passam. Os menos afortunados ou tentam de novo ou vão procurar empregos de baixa remuneração, dos quais raramente sairão até o fim da vida. Até aqui, nada muito diferente do Brasil. A diferença começa entre os que conseguem passar no vestibular.

Numa universidade japonesa, é fácil saber em que ano da faculdade os alunos estão. Os alunos de primeiro e do último ano têm cabelos pretos. Os do segundo e terceiro ano têm os cabelos de todas as cores do arco-íris. Isto se explica: os calouros ainda têm os cabelos com o corte obrigatório (para homens e mulheres) da escola secundária, escovinha (ou completamente raspado) para

os rapazes e “*tigelinha*” para as moças. Muitos deles ainda vêm pra universidade usando partes do uniforme do colegial e são sempre mais reservados. No segundo ano, os rapazes já depilaram as sobrancelhas, tingiram os cabelos, espetaram tudo com gel e colocaram camisetas furadas. As moças aparecem de sapatos altos, cabelos e roupas coloridos, maquiagem. A mesma festa se repete no terceiro ano, e, na minha experiência profissional, não adianta exigir muito dos estudantes de segundo e terceiro ano. Todos estão muito mais interessados em aproveitar a vida, um “*carpe diem*” desenfreado. No quarto ano, baixa um vento sombrio no pessoal e todos começam a retornar os cabelos ao negro natural, a retirar os brincos (se bem que estes ainda não são muito comuns) e a usar sapatos baixos, roupas discretas, até terno e gravata para os rapazes. Esta é a ocasião do “*job hunting*” – caça ao emprego. Algumas universidades organizam feiras de emprego, em que conselheiros fazem demonstrações de entrevistas, cursos para ensinar os alunos a preencherem fichas e a usarem o japonês polido que os empregadores requerem. Digamos que estas feiras são o prenúncio do amargo despertar para estes jovens que passaram quatro anos “*de férias*”, se divertindo, enquanto os professores gastavam saliva ensinando ou – o que é o caso em alguns departamentos – fazendo de conta que ensinavam.

Os professores

Um amigo meu, que mora e leciona no Japão há 20 anos, me disse, quando cheguei aqui, que lecionar no Japão nos danifica como professores. Ele estava exagerando, claro. Mas é bem possível que, depois de lecionar aqui por um longo período, fica difícil para qualquer um enfrentar uma turma de alunos questionadores, que querem aprender e exigem respostas concretas, não saídas evasivas. No Japão é quase inevitável para um(a) professor(a) universitário(a) manter um bom nível de



ensino, já que a maioria dos alunos não está interessada em aprender e a administração da universidade, em geral, não está interessada em sacudir a canoa dos alunos. Em seu livro *Japanese Higher Education as Myth* (London: M. E. Sharpe, 2002), Brian McVeigh transcreve uma entrevista com o presidente da *Tottori University* (uma universidade estadual com uma faculdade de medicina). Nesta entrevista, o presidente não só admite que os alunos da sua universidade não estudam, mas que isto está certo, porque a ênfase no estudo os impediria de fazer outras coisas, entre as quais pensar no que querem fazer de suas vidas, jogar *mah-jongg* com os amigos e participar de atividades esportivas. Quando o entrevistador pressiona o presidente, perguntando se é então verdade que os alunos não devem se esforçar nos estudos, o presidente admite que isto é correto e que ele mesmo, quando era estudante, não estudava muito (10-11). Este presidente, por pior que pareça, pelo menos deve ser elogiado pela honestidade. É bem possível que esta situação seja a vivida pela grande maioria das administrações das universidades.

Diante de tal desmazelo com a educação, não é de se admirar que a contratação dos próprios professores seja feita ao Deus-dará. Melhor dito: a contratação é feita quase que exclusivamente na base do QI – quem indica. O que se vê na grande maioria dos departamentos (pelos menos da maioria dos que eu conheço) é uma porção de panelinhas. A ideia de um concurso para professores seria completamente absurda para uma universidade japonesa. O que importa aqui é se o(a) professor(a) recém-contratado(a) se “enquadra” com o departamento ou, pelo menos, com uma das facções dentro do departamento (aquela que estava em vigor quando ele(a) foi contratado(a)). Claro que um diploma de uma das universidades mais famosas do Japão (Tokyo, Cho, Waseda, Doishiha, Kyoto, por exemplo), ajuda. Mas o que faz

a balança pender para o lado de um candidato é o padrinho.

Esta situação, que é vigorosa entre os professores japoneses, se reproduz indefinidamente entre a população dos professores contratados em período parcial, a maioria deles estrangeiros que se encontram no Japão por diversas razões e acabam encurralados em ensinar inglês, não importando a sua disciplina no país de origem. Uma piada que os professores estrangeiros aqui gostam de contar aos recém-chegados é que se Albert Einstein tivesse vindo trabalhar no Japão, ele teria sido contratado para lecionar inglês, e não alemão, e muito menos física. As disciplinas “específicas” ficam a cargo dos nativos japoneses, enquanto os *gaijins* lecionam inglês, quase que exclusivamente.

Os professores que trabalham em período parcial não têm seguro de saúde, nem aposentadoria, nem a mínima segurança no trabalho. Como a grande maioria dos professores trabalhando em período parcial – não há uma estatística oficial, mas a porcentagem deve ser de 90% – é composta de estrangeiros, esta situação é claramente de discriminação. O professor que trabalha em “tempo parcial” acaba lecionando até 21 cursos semanalmente! E recebe por este trabalho não mais que a metade do que recebe um professor japonês, que leciona não mais que 7 cursos por semana e tem todas as regalias trabalhistas. Para tornar o remédio ainda mais amargo, não é incomum o professor estrangeiro no Japão ser dispensando sem a menor cerimônia ou explicação, enquanto os professores universitários japoneses têm emprego garantido para toda a vida, não importando o nível de suas aulas.

Neste estado de coisas, a produção científica é assunto que não se menciona, obviamente. Pra confeitar o bolo do(a) professor(a) universitário(a) japonês(a) contratado(a) para a vida inteira, independentemente de seu rendimento,

ele/ela ainda recebe um bonus – tipo décimo terceiro salário – várias vezes ao ano. Para os professores que são sérios e dedicados ao avanço de suas disciplinas – tanto os japoneses como os estrangeiros – esta situação é quase insustentável. Eles não têm incentivo em publicar, pesquisar, tentar novas técnicas de ensino. O importante é ficar dentro do “*wa*” – harmonia – do departamento. Se um(a) professor(a) é muito brilhante, ou admirado(a) pelos alunos, isso o/a transforma num elemento de quebra da harmonia. Todos devem ser iguais, a qualquer custo.

Diante destes entraves todos, e diante da atitude anti-intelectual e mesmo anti-ensino do próprio sistema universitário japonês, é incrível que ainda assim há os professores que se dedicam à pesquisa, à melhoria de suas aulas e à uma ética profissional que seria recomendável em qualquer parte do mundo. Mas estes são, com efeito, a minoria absoluta. A pressão para a conformidade, neste país, tem uma força que nós, brasileiros, acostumados a uma diferente ideologia de nosso país, quase não conseguimos entender. Se para nós um ditado popular é “cresça e apareça”, aqui no Japão o mais comum é: “se um prego é saliente, martele até que ele desapareça”.

À moda de conclusão, sem ser conclusão

Como professora, e como pessoa que viveu em outros países e outras culturas, às vezes eu tenho grande pena de meus alunos e alunas japoneses. Eles são tão inteligentes, criativos e alegres quanto alunos que tive em outros países. Mas para eles, o futuro está canalizado, planejado, resolvido. Logicamente, imagino que alguns brasileiros perguntem qual é o problema realmente se os japoneses sabem que vão ter um emprego para o resto da vida. Considerando que esta garantia não existe para o jovem brasileiro, pode nos parecer

que é fácil o futuro do jovem japonês. Mas não é.

Primeiro, poucos deles estão conscientes o suficiente de que a situação econômica do país não é mais tão boa quanto foi por duas décadas. Atualmente, já se tem claro que os jovens não vão ter o poder aquisitivo que seus pais têm e que, para eles, talvez já não existam empregos vitalícios. O problema é que muitos universitários ainda agem como se nada houvesse mudado, que eles podem e devem continuar na indolência e folga, porque vão se formar de qualquer maneira e a empresa que os contratar é que vai treiná-los para trabalhar. E muitas universidades – e mais uma vez eu chamo a atenção para o livro de Brian McVeigh, que traz muito mais detalhes do que eu possa dar em um pequeno artigo – continuam agindo como se ainda fosse o tempo da bolha. Com as repetidas falências, fusão de companhias e revelações de trambiques tão cabeludos como dos que sabemos no Brasil, mas, é claro que o país está mudando, e que a tão famosa estabilidade japonesa não é mais garantida.

Esse país já esteve em condições muito mais difíceis. O povo japonês, pela força da cultura e pela estrutura social das pequenas células, tem uma capacidade de disciplina e de trabalho incríveis. Com a força desta organização eles saíram das cinzas da segunda guerra e se fizeram fortes. Mas os tempos são outros, a realidade mundial é outra e a sociedade mesma é muito diferente hoje. É triste ver que tantos jovens ainda são educados simplesmente para serem apertadores de botões, não inventores de máquinas, não resolvedores de problemas sociais e políticos. Eles são socializados para sufocarem sua inventividade porque, se deixarem que estas alcem voo, vão ser aquele prego saliente e levarão marteladas até que sejam iguais a todos os outros.